A IMPORTÂNCIA DO LÚDICO NA EDUCAÇÃO DOS AUTISTAS

The Importance of Play in the Education of Autistic Children

Mary Márcia Gomes Viveiros[1], Maria Eliane Benevides Viveiros[2], Alexandra Moreno Pinho[3]

1 Mestranda em Ciências em Educação Cristã. Christian College of Educaler. E-mail: meiregomes23@hotmail.com
2 Mestranda em Ciências em Educação Cristã. Christian College of Educaler. E-mail: benevidesviveirosmariaeliane@gmail.com
3 Professora Orientadora. Doutora em Filosofia em Educação Cristã. Christian College of Educaler. E-mail: alexandramorenopinho@gmail.com

Resumo

A presente pesquisa tem o objetivo de discutir a relevância da utilização da ludicidade na educação de crianças com Transtorno do Espectro Autista. Para tanto, optou-se por uma revisão bibliográfica, de abordagem qualitativa e descritiva. Fatores como professores sem a devida qualificação, ambiente sem adequação, materiais didáticos inapropriados e problemas socioeconômicos são elementos que contribuem com as barreiras para o processo de permanência do aluno Autista na escola. Os resultados obtidos apontam para o lúdico como recurso pedagógico mostrando sua importância no desenvolvimento e aprendizagem da criança. Conclui-se que é fundamental garantir nos espaços de aprendizagem escolares e para além dos muros da escola, momentos lúdicos, que favoreçam o bem-estar necessário à criança autista, com estratégias que estimulem o desenvolvimento sociocognitivo.
Palavras-chave: Lúdico. Educação Infantil. Autistas. Educação Especial.

Abstract
This research aims to discuss the relevance of using play in the education of children with Autism Spectrum Disorder. To this end, a literature review with a qualitative and descriptive approach was chosen. Factors such as teachers lacking proper qualifications, inadequate environments, inappropriate teaching materials, and socioeconomic problems contribute to barriers hindering the autistic student's continued attendance at school. The results obtained point to play as a pedagogical resource, demonstrating its importance in the child's development and learning. It is concluded that it is fundamental to guarantee playful moments in school learning spaces and beyond, promoting the well-being necessary for autistic children, with strategies that stimulate sociocognitive development.
Keywords: Playfulness. Inclusive Education. Autism. Early Childhood Education. Learnin.

1 INTRODUÇÃO

O uso da ludicidade no processo de aprendizagem de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) emergiu de uma inquietação ao longo do curso de Mestrado, onde questionamentos passaram a ser abordados abrindo uma série de possibilidades a serem investigadas pelo pesquisador.

O TEA é caracterizado como um transtorno do neurodesenvolvimento que se manifesta por prejuízos persistentes na comunicação social e na interação social em múltiplos

contextos, associados a padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades. Esses sinais geralmente estão presentes desde o início do desenvolvimento, ainda que possam se tornar mais evidentes à medida que as demandas sociais aumentam, e provocam prejuízos clinicamente significativos no funcionamento social, acadêmico ou ocupacional do indivíduo. O espectro abrange diferentes níveis de suporte necessários, variando conforme a intensidade dos sintomas e o impacto funcional, o que reforça a heterogeneidade do transtorno (American Psychiatric Association, 2022).

No contexto escolar, a criança com TEA enfrenta diversos desafios que impactam diretamente seu processo de ensino e aprendizagem, especialmente no que se refere às dificuldades de comunicação, interação social e adaptação às rotinas escolares (American Psychiatric Association, 2022). Essas barreiras podem se manifestar na dificuldade de compreender regras implícitas, estabelecer vínculos com colegas e professores, além de lidar com estímulos sensoriais presentes no ambiente escolar. Soma-se a isso a limitação de práticas pedagógicas adaptadas e a insuficiência de formação continuada dos docentes, o que compromete a efetivação de uma educação verdadeiramente inclusiva. Nesse cenário, torna-se fundamental a adoção de estratégias pedagógicas diversificadas e lúdicas para favorecer o desenvolvimento integral da criança autista (Cunha, 2020).

Mediante tais desafios, questiona-se: Quais as contribuições das atividades lúdicas no desenvolvimento cognitivo na Educação das crianças autistas? Diante das respostas ao problema levantado objetiva-se: discutir a relevância da utilização da ludicidade na educação de crianças com Transtorno do Espectro Autista.

2 METODOLOGIA

Este estudo tem como base uma revisão bibliográfica, de abordagem qualitativa e descritiva. Este tipo de estudo é caracterizado como aquele desenvolvido a partir de material já elaborado, constituído principalmente por livros e artigos científicos, com o objetivo de analisar e compreender diferentes contribuições teóricas sobre determinado tema. Permite ao pesquisador acessar um amplo conjunto de conhecimentos já produzidos, favorecendo a construção do referencial teórico e a fundamentação da investigação científica (Gil, 2008).

Seguindo esses parâmetros, buscou-se pesquisar fontes como literaturas relacionadas ao tema abordado, que levam o autor a refletir sobre os pensamentos dos teóricos. Assim, foram selecionados artigos científicos disponíveis na íntegra na internet, além de livros e dispositivos legais.

Após a leitura de diversos textos, foi realizada uma seleção, sendo em seguida feita uma análise primária dos conteúdos elencados pelos autores selecionados. Por conseguinte, foram descartados os textos que não correspondiam ao tema e não respondiam ao problema desta pesquisa. Por fim, os resultados obtidos foram lidos e analisados de forma qualitativa, na busca de respostas que contribuam com a percepção sobre a importância da ludicidade no processo de ensino e aprendizagem de crianças autistas.

3 CONSIDERAÇÕES SOBRE O TEA E A EDUCAÇÃO ESPECIAL

Historicamente, as pessoas com deficiência foram submetidas a processos de exclusão social profundamente marcados por concepções religiosas, culturais e sociais. Durante a Idade Média, a deficiência era frequentemente interpretada sob uma perspectiva mística ou teológica, sendo associada a punições divinas ou manifestações do sobrenatural. Nesse contexto, indivíduos com deficiência eram, ao mesmo tempo, marginalizados e alvo de práticas assistencialistas pautadas na caridade cristã, o que reforçava sua condição de dependência e invisibilidade social. Essa construção histórica contribui para a compreensão das barreiras ainda presentes nos espaços educacionais contemporâneos, evidenciando que os desafios enfrentados no contexto escolar possuem raízes profundas na forma como a sociedade historicamente tratou a diferença (Sassaki, 2010).

Na Antiguidade Clássica, observa-se que a exclusão das pessoas com deficiência assumia formas ainda mais severas, sendo marcada por práticas de abandono, exposição e eliminação. Em civilizações como a Grécia e Roma, a valorização do ideal de corpo perfeito e da funcionalidade social contribuía para a rejeição daqueles que não se enquadravam nesses padrões. Registros históricos indicam que crianças com deficiência poderiam ser abandonadas ou até mesmo mortas após o nascimento, práticas que, em alguns contextos, eram legitimadas por normas sociais e jurídicas da época. Tais evidências revelam que a exclusão das pessoas com deficiência não é um fenômeno recente, mas um processo histórico que influencia diretamente as concepções atuais sobre inclusão e diversidade (Brasil, 2006).

No contexto brasileiro, a educação especial configura-se como um campo relativamente recente, tendo ganhado maior visibilidade apenas a partir da segunda metade do século XX. Até a década de 1950, as iniciativas voltadas ao atendimento de pessoas com deficiência eram pontuais e, em sua maioria, de caráter assistencialista. Foi a partir dos anos 1970 que se observou a ampliação de instituições públicas e privadas voltadas a esse público, ainda que sob uma perspectiva segregadora. Com o avanço das discussões sobre direitos

humanos e inclusão social, a Constituição Federal de 1988 passou a representar um marco fundamental ao assegurar, em seu Art. 5º, o princípio da igualdade e, em seu Art. 205, o direito à educação como dever do Estado e da família, garantindo condições de acesso e permanência na escola para todos (Brasil, 1988).

A consolidação da educação inclusiva no Brasil foi fortalecida por diversos dispositivos legais que ampliaram os direitos das pessoas com deficiência. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) determinada pela Lei nº 9.394/1996, estabelece que a educação especial deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, assegurando atendimento educacional especializado aos alunos que dele necessitarem (Brasil, 1996). Posteriormente, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, instituída em 2008, reforçou a necessidade de reorganização dos sistemas de ensino para garantir o acesso, a participação e a aprendizagem de todos os estudantes, eliminando barreiras e promovendo a inclusão (Brasil, 2008).

Outro avanço significativo ocorreu com a promulgação da Lei nº 12.764/2012, conhecida como Lei Berenice Piana,, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, reconhecendo o autista como pessoa com deficiência para todos os efeitos legais e assegurando-lhe direitos nas áreas da educação, saúde e assistência social (Brasil, 2012). Mais recentemente, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, a Lei nº 13.146/2015, reafirmou o direito à educação inclusiva em todos os níveis, vedando a exclusão do sistema educacional sob qualquer justificativa e determinando a adoção de práticas pedagógicas que garantam a participação plena dos estudantes (Brasil, 2015).

O TEA é um tipo de transtorno que vem crescendo consideravelmente a cada ano que passa. Esse Transtorno tem afetado diversas crianças independentemente de onde e como elas convivem. A identificação ainda na Educação Infantil tem se tornado cada vez mais frequente, o que evidencia a necessidade de práticas pedagógicas inclusivas desde os primeiros anos escolares. No entanto, observa-se que muitos docentes ainda se sentem inseguros diante das especificidades do desenvolvimento dessas crianças, especialmente em razão de lacunas na formação inicial e continuada. A ausência de preparo adequado compromete a mediação pedagógica e pode dificultar a construção de estratégias que favoreçam a participação efetiva do aluno no ambiente escolar, revelando um descompasso entre as políticas de inclusão e a realidade vivenciada nas instituições de ensino (Mantoan, 2015; Cunha, 2020).

4 A LUDICIDADE NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS COM TEA

Com o objetivo de ampliar a ação na escola em relação ao processo de ensino e aprendizagem e contemplar as necessidades educacionais especiais de todos os alunos, independentemente de sua singularidade, a educação inclusiva potencializa o seu papel no meio social no enfrentamento imposto pelas deficiências e outros quadros. As crianças e os jovens estão em processo de conscientização acerca de suas diferenças, dificuldades e possibilidades, cabendo aos educadores promover um ambiente acolhedor, de respeito às diferenças e valorização do ser humano.

Neste contexto, a ludicidade configura-se como um elemento fundamental para o desenvolvimento infantil, uma vez que, por meio das atividades lúdicas, a criança constrói formas próprias de expressão, comunicação e interação com o meio social, favorecendo o desenvolvimento de habilidades cognitivas, emocionais e sociais (Kishimoto, 1993).

No âmbito da educação inclusiva, especialmente no atendimento a crianças com TEA, o uso de práticas lúdicas torna-se ainda mais relevante, pois possibilita a mediação do processo de aprendizagem de forma mais acessível, significativa e respeitosa às singularidades do aluno. A ludicidade contribui para a ampliação das interações sociais, o desenvolvimento da linguagem e a organização do comportamento, auxiliando na redução de barreiras comunicacionais e na promoção do engajamento nas atividades escolares. Além disso, estratégias pedagógicas baseadas no brincar favorecem a criação de ambientes mais acolhedores e inclusivos, nos quais a criança com TEA pode participar ativamente das experiências educativas, fortalecendo sua autonomia e seu pertencimento ao grupo (Cunha, 2020).

> Brincar é uma das atividades fundamentais para o desenvolvimento da identidade e da autonomia. O fato de a criança, desde muito cedo, poder se comunicar por meio de gestos, sons e mais tarde representar determinado papel na brincadeira faz com que ela desenvolva sua imaginação. Nas brincadeiras as crianças podem desenvolver algumas capacidades importantes, tais como a atenção, a imitação, a memória, a imaginação. Amadurecem também algumas capacidades de socialização, por meio da interação e da utilização e experimentação de regras e papéis sociais (Brasil, 1998, p. 22).

É através da brincadeira e sua prática diária que as crianças podem conviver de forma mais saudável e integrativa, comunicando-se de forma mais fluida e clara. onde ela demonstrará suas angústias e alegrias. O brincar é um dos melhores meios de socialização que

a escola pode promover, pois com a brincadeira a criança pode aprender a conviver em sociedade (Kishimoto, 1993).

> A brincadeira tem um papel fundamental no desenvolvimento do próprio pensamento da criança. É por meio dela que a criança aprende a operar com o significado das coisas e dá um passo importante em direção ao pensamento conceitual que se baseia nos significados das coisas e não dos objetos. A criança não realiza a transformação de significados de uma hora para outra (VYGOTSKY, 1994, p. 54).

Além disso, o professor como ponte desse processo deve inovar as brincadeiras e ser incentivador delas, ajudando no desenvolvimento de atividades onde cada criança crie sua própria história, usando de suas ferramentas singulares como, por exemplo, gestos, corpo e até mesmo as palavras. É por meio das interações das crianças com brinquedos e jogos, que se desenvolve a construção do conhecimento social, físico e cognitivo, estruturando sua inteligência e interação com o meio em que está inserida.

Essa realidade também se reflete nas próprias instituições escolares, que, em muitos casos, não dispõem de estrutura física, recursos pedagógicos e equipes multidisciplinares capazes de atender às demandas específicas das crianças com TEA. A limitação de conhecimentos sobre metodologias inclusivas e a dificuldade em adaptar práticas pedagógicas contribuem para a manutenção de barreiras no processo de ensino e aprendizagem. Nesse cenário, o uso de abordagens lúdicas se apresenta como uma estratégia potente, uma vez que o brincar possibilita a mediação do conhecimento de forma mais acessível e significativa, favorecendo o desenvolvimento da comunicação, da interação social e das habilidades cognitivas dessas crianças (Cunha, 2020; Kishimoto, 1993).

Diante dessas limitações, torna-se imprescindível a adoção de uma postura docente comprometida com a formação contínua e com a construção de práticas pedagógicas inclusivas. O professor assume papel central nesse processo, sendo responsável por buscar conhecimentos, refletir sobre sua prática e adaptar estratégias que considerem as singularidades dos alunos. Conforme destaca Mantoan (2015), a inclusão escolar exige uma mudança de paradigma que ultrapassa a simples inserção do aluno com deficiência no espaço escolar, demandando a reorganização das práticas pedagógicas e a valorização das diferenças como elemento constitutivo do processo educativo. Assim, a promoção de uma aprendizagem significativa para o aluno com TEA depende diretamente do engajamento docente e da construção de um ambiente educacional acolhedor, flexível e sensível às diversidades.

> Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais (Brasil, 2018, p. 38).

A organização de práticas pedagógicas que favoreçam a participação ativa da criança com Transtorno do Espectro Autista requer a criação de experiências significativas, nas quais o brincar assuma um papel central no processo de aprendizagem. A inserção de jogos, atividades simbólicas e dinâmicas interativas possibilita à criança explorar o ambiente de maneira mais segura e estruturada, favorecendo o desenvolvimento da atenção, da comunicação e das interações sociais. Ao vivenciar situações lúdicas, o aluno amplia suas formas de expressão e passa a se envolver com maior interesse nas atividades escolares, o que contribui para a construção de aprendizagens mais consistentes e contextualizadas (Kishimoto, 1993; Cunha, 2020).

Nesse sentido, a escola e os docentes assumem a responsabilidade de promover práticas pedagógicas inovadoras que considerem as especificidades do desenvolvimento das crianças com TEA. A adoção de estratégias lúdicas planejadas, aliadas a uma compreensão aprofundada das necessidades individuais dos alunos, favorece a construção de um ambiente inclusivo e potencializador da aprendizagem. Para tanto, torna-se indispensável que os profissionais da educação invistam em formação continuada, a fim de compreender as singularidades do espectro e selecionar metodologias adequadas a cada contexto. Como destaca Mantoan (2015), a efetivação da inclusão depende da capacidade da escola em se reorganizar pedagogicamente, reconhecendo as diferenças não como obstáculos, mas como elementos constitutivos do processo educativo. Dessa forma, o êxito das práticas lúdicas está diretamente relacionado à sensibilidade e à qualificação dos educadores diante da diversidade presente na sala de aula.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a educação escolar contemporânea tenha avançado significativamente no que se refere às políticas e práticas inclusivas, ainda persistem desafios que dificultam a efetivação de uma aprendizagem equitativa para todos os alunos. No caso das crianças em fase inicial de desenvolvimento, especialmente aquelas com Transtorno do Espectro Autista, torna-se indispensável a adoção de estratégias pedagógicas que considerem suas especificidades, favorecendo não apenas o acesso, mas também a permanência e o sucesso no

ambiente escolar. Nesse contexto, as práticas lúdicas se destacam como importantes mediadoras do processo educativo, ao possibilitarem experiências significativas que articulam o desenvolvimento cognitivo, social e emocional.

A análise realizada ao longo deste estudo evidencia que a inserção de jogos e brincadeiras no cotidiano escolar contribui de forma expressiva para o desenvolvimento das crianças com TEA, favorecendo a interação social, a comunicação e o engajamento nas atividades propostas. No entanto, observa-se que tais práticas ainda não são plenamente incorporadas à rotina das instituições de ensino, seja pela necessidade de planejamento mais estruturado, pela limitação de tempo ou pela ausência de formação adequada dos profissionais. Esses fatores revelam a necessidade de investimentos contínuos na formação docente e na reorganização das práticas pedagógicas, de modo a garantir a efetividade das propostas inclusivas.

Diante disso, compreende-se que o lúdico deve ocupar um lugar central no processo educativo, não como um recurso complementar, mas como uma estratégia pedagógica intencional e estruturada. Ao promover ambientes de aprendizagem mais dinâmicos, acolhedores e interativos, a escola contribui para que a criança com deficiência desenvolva autonomia, supere barreiras e construa relações sociais mais significativas. Assim, o brincar, enquanto prática educativa, assume um papel fundamental na formação integral do sujeito, possibilitando não apenas a aquisição de conhecimentos, mas também o fortalecimento de valores essenciais para a vida em sociedade.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais***: DSM-5-TR*. 5. ed. rev. Porto Alegre: Artmed, 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998. v. 1–3.

BRASIL. **Saberes e práticas da inclusão**: recomendações para a construção de escolas inclusivas. 2. ed.. Coordenação geral SEESP/MEC. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2008.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília, 2012.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 8 maio 2022.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2018.

CUNHA, Eugênio. **Autismo na escola**: um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar. 8. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Jogos infantis: o jogo, a criança e a educação**. Petrópolis: Vozes, 1993.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? 2. ed. São Paulo: Moderna, 2015.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 8. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

VYGOTSKY, Lev Semyonovich. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.